

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2011
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
ANEXO - 16

Mês: Dez/2011

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR Em Circulação R\$	Emissão	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			Saldo para o Exercício Seguinte
Lei nº e Data	Código Cadastral	Valor da Emissão Original				Correção	Resgate	Baixa	Valor (R\$)
						Positiva	Negativa		
01 - DÍVIDA INTERNA									
1.1 - Banco do Brasil S/A									
Contrato de Renegoc. Da Dívida Lei nº 8.727, de 05.11.93, Lei Est 5.859/93 englobando os seguintes Contratos: * BB-89/0091-9, da Res. 63, Cessão 636/85; * BIB'S do Governo; * BiB'S da Coderma; * BNB - 86/001; * BEM/BDM/EBTU/AGLURB; * BEM os 55 contr.do Extinto BNH; * BEM-CAEMA - (16 Contratos) * CEF - Reneg. Da COHAB; * CEF - Cidade Operária * CEF - FAS - 04555-4 (SEGUP) * CEF - Santa Eulália * CEF - CAEMA (20 Contratos) * CEF - BEM/BDM * CEF - Renegociação - 1993.....									
	DI-8727-GOVERNO	Cr\$ 30.745.995.867,77	2.388.618.979,81				284.586.405,02	169.525.356,15	1.934.507.218,64
COHAB -Renegociação p/Governo (Lei 8.727)..									
	DI-8727-COHAB	Cr\$ 2.704.773.896,90	51.276.032,21		633.308,41		9.458.194,73		42.451.145,89
IPEM - Renegociação p/Governo (Lei 8.727).....									
	DI-8727-IPEM	Cr\$ 3.586.553.083,00	344.375.903,34		3.785.452,62		28.175.016,70		319.986.339,26
Reestruturação da Dívida de Médio e Longo Prazos (DMLP) - Saldo Devedor de Principal da Dívida Externa do GOVERNO + CODERMA + CAEMA com diversos Credores: BB - Grand Cayman; Bankers Trust Company; Banque Paribas; Midland Bank e Royal Bank + CODERMA e CAEMA, inclui saldo devedor de Juros dos referidos credores - Res. 98 do Senado Federal (Variação Cambial)									
	DI-Res.98 - DMLP	US\$ 231,237,105.15	202.137.807,56		23.425.387,41		17.177.633,12		208.385.561,85
1.2 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF									
CEF - Utilização nos projetos aprovados pela UCE, no âmbito do PNAFE Lei Est 6.928/13.06.97 (Subempréstimo com o BID) Fim do Desembolso em 2006.Valor Original alterado.									
	DI-CEF-PNAFE	US\$ 13,391,095.00	11.374.177,70		1.171.938,41		1.711.120,44		10.834.995,67
1.3 - STN/UNIAO - BB									
Contrato de confissão, assunção, consolidação e refinancia- mento de dívidas correspondente aos saldos devedores firmados junto à CEF, concedido com o amparo nos VOTOS CMN 162/95; 175/95 e 122/96 e alterações, Incorporado em 1999 o Contrato Abertura de Crédito do BEM S/A, com a UNIÃO (Lei 9.496)...Lei Estadual nº 7.026/97.....									
	DI-9496-REGOV	R\$ 244.312.662,72	1.501.775.201,44		83.376.069,21		47.684.109,94		1.537.467.160,71
1.4 - INSS									
Parcelamento de débitos de Autarquias, Fundações, Compa- nias, SEEDUC e Secret. de Cultura, assumidos pelo Governo em Mai/93 - Lei Estadual Nº 5.671 de 03.05.93. O Saldo Atual: Poder Executivo, Administração Indireta e Outros Poderes.									
	DI - INSS	R\$	59.171.783,71		1.879.830,18		19.841.331,77		41.210.282,12
1.5 - BNB									
PRODETUR - Empréstimo tomado com base na Lei nº 6.759 de 18.06.96. Execução do Programa de Desenvolvimento do no Nordeste nº 841/OC - BR									
	PRODETUR	US\$ 26,767,786.10	26.016.190,03		3.772.308,26		2.877.646,57		26.910.851,72

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2011
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
ANEXO - 16

Mês: Dez/2011

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR Em Circulação R\$	Emissão	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			Saldo para o Exercício Seguinte	
Lei nº e Data	Código Cadastral	Valor da Emissão Original			Correção		Resgate	Baixa	Valor (R\$)
					Positiva	Negativa			
<u>1.6 - PARCELAMENTOS DE CURTO PRAZOS</u>									
Parcelamento de Empresa que o Governo do Estado assumiu contratualmente com FNDE da EMARHP.	DI - FNDE	R\$ 860.431,47	241.652,84		11.776,24		128.032,44		125.396,64
<u>1.7 - PARCELAMENTO COM EMPRESA</u>									
2 - Parcelamento com a Empresa CAMARGO CORRÊA , em ICMS, conforme acordo no Proc.1498/2002 de 16/10/2002.	DI - CC/DER	R\$ 108.864.000,00	63.323.648,03		1.237.850,97			34.076.542,55	30.484.956,45
<u>1.8 - BNDES</u>									
Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito Nº 09.2.0612.1 - Res. CMN nº 3.716 de 17/04/2009 e 3.723 de 12/5/2009. Lei Estadual 8.992/2009 e 9.004 de 15/07/2009, no âmbito do Progr. Emerg. De Fin aos Estados - PEF I	BNDES-PR.EMERG.I	R\$ 288.728.000,00	283.797.602,47			138.481,21	36.090.999,96		247.568.121,30
Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito Nº 10.204.281/013 - Resol. CMN nº 3.794 de 06/10/2009. Lei Estadual 9.097 de 22.12.2009, no âmbito do Programa Emergencial de Fininanciamento aos Estados - PEF II	BNDES-PR.EMERG.II	R\$ 433.092.000,00	217.000.313,50	83.027.137,70	2.820.714,94				302.848.166,14
Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito Nº 07.210.661/019 - Res. CMN nº 2.827 de 17/04/2009 e 3.430 de 26/12/2006 e contemplada nos termos do PAF do MA. Lei Estadual 8.734 de 21.12.2007. DOE 246. PMAE/BNDES	BNDES-PMAE/SEFAZ	R\$ 12.000.000,00	1.676.078,36	6.000.000,00	111.998,10				7.788.076,46
<u>1.9 - PGFN - PASEP (AE)</u>									
Parcelamento do PASEP(AE) junto à PGFN dos Exercícios 2006 a 2010 Processo nº 10320-003938/2009-69 de 09.04.2010.	PGFN - PASEP (AE)	R\$ 18.184.264,04	18.325.194,33		1.578.227,39		4.590.784,32		15.312.637,40
<u>1.10 - RFB - PASEP (AE)</u>									
Parcelamento do PASEP (AE) junto à RFB do Exercício 2009. Processo nº 10320-004-053/2009-87 de 18.06.2010.	RFB - PASEP (AE)	R\$ 23.030.775,86	21.405.799,53		2.157.407,58		5.120.201,71		18.443.005,40
<u>1.11 - RFB - INSS</u>									
Parcelamento da dif. de pagamentos efetuados no CNPJ do GOVERNO DO MA no período de 03/02 a 07/2003 de Cargos Comissionados(PATRONAL) TJ,AL e SEPLAN. Nº10320.002421/2010-96	DI RFB-INSS(PATRONAL)	R\$ 9.972.600,00	10.017.146,15		2.842.694,61		2.312.699,11		10.547.141,65
Parcelamento da dif. de pagamentos efetuados no CNPJ do GOVERNO DO MA no período de 03/02 a 07/2003 de Cargos Comissionados(SIMPLIFICADO) TR. DE JUSTIÇA. Nº10320.002424/2010-20	DI RFB - INSS (TJ)	R\$ 450.000,00	440.963,59		124.873,10		101.781,59		464.055,10
Parcelamento da dif. de pagamentos efetuados no CNPJ do GOVERNO DO MA no período de 03/02 a 07/2003 de Cargos Comissionados (SIMPLIFICADO) SEPLAN. Nº10320.002422/2010-31	DI RFB-INSS(SEPLAN)	R\$ 510.000,00	488.615,69		136.435,82		112.557,80		512.493,71
SUBTOTAL (INTERNA).....	-	-	5.201.463.090,29	89.027.137,70	129.066.273,25	284.724.886,23	344.907.466,35	34.076.542,55	4.755.847.606,11

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2011
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
ANEXO - 16

Mês: Dez/2011

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				Saldo para o		
Lei nº e Data	Código Cadastral	Valor da Emissão Original	Em Circulação R\$	Emissão	Correção		Resgate	Baixa	Exercício Seguinte	
					Positiva	Negativa			Valor (R\$)	
02 - DÍVIDA EXTERNA										
<u>2.1 - Banco do Brasil S/A</u>										
<u>2.2 - BIRD - PCPR</u>										
Financiamento dos Custos do Projeto de Combate a Pobreza Rural - PCPR - BIRD-4252 BR, NEPE, Lei Est 6.931/24.06.97 Todo desembolsado, inclusive desembolso ao IICA.....	DE-PAPP - PCPR	US\$	80.000.000,00	33.323.626,44		6.230.038,75	17.044.298,16		22.509.367,03	
<u>2.3 - BIRD - PCPR II - PRODIM</u>										
Financiamento do Programa de Combate a Pobreza Rural - PCPR II - BIRD-4572 BR, NEPE, Lei Est 8.054/19.12.2003	DE-PAPP II - PRODIM	US\$	30.000.000,00	26.400.585,50		3.045.971,84	2.555.537,94		26.891.019,40	
<u>2.4 - BID - PROFISCO - SEFAZ</u>										
Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão Lei Estadual nº 8.737 de 28/12/2007.	PROFI - SEFAZ	US\$	14.160.000,00	-	1.060.950,00	177.078,00			1.238.028,00	
SUBTOTAL (EXTERNA).....				59.724.211,94	1.060.950,00	9.453.088,59	-	19.599.836,10	-	50.638.414,43
TOTAL GERAL.....										
				5.261.187.302,23	90.088.087,70	138.519.361,84	284.724.886,23	364.507.302,45	34.076.542,55	4.806.486.020,54

(*) O valor da Baixa no Contrato da Camargo Corrêa - ICMS, refere-se a Saldo de Créditos Fiscais homologados, em favor da referida Empresa, cujas regras de utilização e transferências estão previstas na Lei 8616/07